
A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno

João Luís Lisboa e Maria Luísa Cabral



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3682>

DOI: 10.4000/cultura.3682

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2017

Paginação: 91-101

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

João Luís Lisboa e Maria Luísa Cabral, « A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno », *Cultura* [Online], vol. 36 | 2017, posto online no dia 10 setembro 2019, consultado a 06 janeiro 2020.

URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3682> ; DOI : 10.4000/cultura.3682

Este documento foi criado de forma automática no dia 6 janeiro 2020.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno

João Luís Lisboa e Maria Luísa Cabral

“Salve, ó meus livros, livros escolhidos
Por vossos próprios méritos sublimes,
Minha saúde e vida, meus prazeres;
Mimos dos olhos meus, altas delícias
Do meu esp’rito, que vos ama terno:
Qu’seria de mim, se o iníquo fado
Me forçasse a viver de vós ausente!”

Poesias de Elpino Duriense, tomo 1, p. 285. Lisboa:
Impressão Régia, 1812.

- 1 Quando António Ribeiro dos Santos (1745-1818) é chamado a Lisboa para dar início ao processo de fundação da primeira Biblioteca Pública da Corte (1795), interrompendo o trabalho que vinha fazendo na Biblioteca da Universidade de Coimbra, vem para concretizar um projecto que há já várias décadas se vinha debatendo.
- 2 Logo após o terramoto de 1755, fora explícita a vontade de que a Corte de Lisboa passasse a dispor de uma biblioteca pública no palácio real e de que o desastre que tivera lugar pudesse ser a oportunidade de a constituir em novos moldes, à semelhança do que se conhecia noutras capitais europeias. Dissera-o Manuel da Maia ao Marquês de Pombal na sua *Dissertação* (Maia 1755), o que seria porventura uma aspiração partilhada por mais gente, aspiração que, no entanto, o volume dos trabalhos de reconstrução da capital do reino foi adiando.
- 3 Interessa-nos entender em que é que esta nova biblioteca era diferente das que antes tinham existido, nomeadamente da Biblioteca Real instalada no Paço da Ribeira e desaparecida para sempre em 1755. Neste processo, os anos de 1760 vão ser particularmente agitados porque mostram como, perante uma sucessão de solicitações, a perspectiva da Biblioteca Real quase se perde. Os vários projectos que então se discutem partem da perspectiva de aproveitar o riquíssimo espólio que resultava da expulsão da Companhia de Jesus em 1759, mas a colecção que se foi reunindo foi sendo

dispersa, sucessivamente, entre os primeiros passos do Colégio dos Nobres, a criação da Imprensa Régia e a Real Mesa Censória. Entretanto, mostrando as hesitações provocadas por se estar a lidar com várias urgências ao mesmo tempo, em 1766 Dom José terá confiado aos dominicanos de Lisboa os livros do Colégio jesuíta de Coimbra para que se faça uma biblioteca que deve ser, de acordo com o testemunho de Niccolò Pagliarini, em carta de 23 de Dezembro a Giovanni Bottari, “pubblica come è quella della Minerva costà”. Ou seja, aparentemente, nesse momento, a ideia de restaurar uma Biblioteca Real não tinha de coincidir com a ideia de criar uma biblioteca pública. Pagliarini, que está em Lisboa a trabalhar com o Conde de Oeiras em diversos projectos relacionados com livros, estará associado à criação da Imprensa Régia e chega a participar em discussões sobre projectos de bibliotecas.

- 4 Temos, assim, por esclarecer, o que implica chamar Pública e Real a uma biblioteca. Já longe do tempo em que os livros dos reis se contavam apenas como parte dos seus bens pessoais, como as suas jóias, objectos que por sua morte se podiam dispersar, a Biblioteca Real passou a fazer parte das instituições de que o Estado não podia já prescindir. Foi dada como adquirida a necessidade de uma Biblioteca da Corte, ainda que não fosse pública. A emergência desta palavra já significava a consciência da necessidade de abrir as bibliotecas a leitores exteriores às instituições que as possuíam. Ou seja, tornara-se presente a ideia de que se devia consagrar institucionalmente essa abertura, que já existia informalmente em bibliotecas de instituições diversas. A palavra “pública” deveria marcar a ordem da propriedade e da direcção, tanto quanto a orientação sobre o seu acesso. Mas, se porventura o projecto de uma biblioteca pública fosse levada a cabo pela Ordem dos Pregadores, seria este último elemento apenas a dar sentido à palavra. Um espaço não dependente da iniciativa e da autoridade real.
- 5 Acresce outro elemento importante para as decisões a tomar. O rei podia promover ou apoiar grandes bibliotecas, como sucedera com as bibliotecas de Mafra ou a Joanina de Coimbra. Mas, num caso e noutro, tratava-se de projectos que não respondiam à necessidade de ter, na Corte, uma grande colecção. Restava entender a natureza política e funcional dessa biblioteca, nos moldes em que já funcionava nas Cortes de Paris ou de Londres, ou na Academia Romana.
- 6 Do ponto de vista político, reconhece-se o papel do aparato cultural e institucional na concepção do Estado Moderno, pelo que uma instituição onde se recolhe todo o saber projecta sobre a Coroa, pela sua eventual dimensão e riqueza, o prestígio do saber que abriga.
- 7 Do ponto de vista das funções do Estado, uma Biblioteca Real obedece a dois propósitos.
- 8 O primeiro decorre do reconhecimento da necessidade do saber, aquele que está disponível e ao qual se pode aceder, para o cumprimento eficaz das funções da Coroa. A boa administração não é concebível sem acesso rápido ao conhecimento produzido.
- 9 O segundo propósito a ser cumprido está na criação de condições para materializar a reunião de todo o saber disponível, já não apenas como resposta a necessidades da administração, mas como conceito de colecção necessária. A constituição de uma colecção central é, neste sentido, um objectivo em si, contrariando a potencial dispersão e perda do conhecimento tornado livro. Neste sentido, uma tal colecção tem como objectivo político reunir tudo e não perder nada do que existe. O medo da perda é um elemento relevante até aos nossos dias.

- 10 Estes aspectos marcam, assim, o carácter político da biblioteca, distinto de todas as que, até aí, religiosas ou universitárias, respondiam a necessidades parcelares ou de grupo, mesmo quando facilitavam o seu acesso a leitores exteriores e a sua riqueza brilhava sobre a instituição que a acolhia, independentemente de ter sido patrocinada pela Coroa. A esta distinção associa-se uma outra, decorrente das práticas de aquisição e organização dos fundos, em consequência de perspectivas específicas que fossem resultado das prioridades de uma ordem religiosa ou dos programas de ensino da universidade.
- 11 A dupla qualidade de colecção “completa” do Reino e de fundo devendo por força obedecer à actualidade política e filosófica (científica) da Europa estava fora dos horizontes de qualquer biblioteca que não tivesse o estatuto de Biblioteca Real.
- 12 Essa diferença não significa que tal projecto viesse romper radicalmente com a tradição conhecida. Ou seja, o essencial do que era a tradição manter-se-ia, com agrado geral, procurando-se a raridade e a curiosidade, partindo da convergência entre o olhar do bibliófilo e o do responsável pela formação de agentes, mediadores e elites (religiosos, políticos ou filosóficos). A estes dois olhares, juntar-se-ia o olhar mais político que partia da unicidade e centralidade de uma instituição real e consagrava, como tarefa dessa nova instituição, a abertura que as bibliotecas de outras casas praticavam como acção complementar. Esta é a perspectiva que vai além da mera dimensão real, orientada então para uma dimensão pública. Detecta-se aqui uma coloração iluminista que não pode deixar de ser sublinhada. O projecto manteve-se latente, sem evoluções assinaláveis, pese embora as medidas preconizadas por Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e concatenadas na proposta de um imposto sobre bebidas alcoólicas, o “subsídio literário”, que deveria ser utilizado na criação de escolas menores e na “compra sucessiva e inextinguível de livros para a biblioteca pública dirigida pela Mesa Censória” (Real Mesa Censória 1772). Esta menção a uma “biblioteca pública” merece realce por se tratar da primeira menção do género na pena de Cenáculo. A preocupação pela “compra sucessiva e inextinguível de livros” constitui a ideia central e permanente em todos os escritos deste autor envolvendo bibliotecas e é muito mais marcante do que as questões de ordem organizativa. No ano seguinte, novo documento de Cenáculo, *Faz-se indispensável...* (1773), dá indicações sobre os espaços necessários a uma biblioteca, embora nada se adiante quanto aos conteúdos da mesma, nem se especifique a que biblioteca se refere. Neste documento são muitas as directivas para a construção de uma biblioteca e, no conjunto da obra de Cenáculo, trata-se do documento mais acabado sobre a temática. Dois anos volvidos, em decreto de 1775, volta-se à questão. Neste decreto pombalino, refere-se a necessidade de novas instalações para albergar a livraria da Mesa Censória que tinha crescido muito: “aumentá-la a ponto de se fazer pública em benefício geral de todos os [...] que nela quiserem instruir” (Pombal 1775).
- 13 Estes diferentes momentos mostram como, em torno da Real Mesa Censória, se tinha vindo a consolidar a ideia de erguer uma grande biblioteca “em benefício geral de todos”. Vários testemunhos reforçam a importância do exame e avaliação que António Ribeiro dos Santos veio a fazer sobre o estado desta biblioteca (Santos 1795). As aspirações enunciadas nestes quatro documentos requeriam condições que passavam pela criação formal da instituição, pela atribuição de instalações, pela definição dos princípios organizativos e funcionais e pela escolha de quem pudesse concretizar um tal projecto. As condições de que há consciência são simultaneamente técnicas e políticas, e podemos pesar bem como as condições técnicas dependem da visão política

de quem dirige o processo, aos seus vários níveis, incluindo a indispensável dimensão orçamental. Tratou-se de um processo longo e lento com fases muito distintas e no qual o *Relatório* de Ribeiro dos Santos sobre a Livraria da Real Mesa Censória assumiu importância capital. Nele, o papel e as concepções de Ribeiro dos Santos sobre o que deveria ser uma biblioteca moderna confrontavam-se com obstáculos, mas também com momentos de aceleração e a oportunidade de outros propósitos e modelos. Daí a inevitabilidade em reconhecer dois momentos distintos na história da criação da Real Biblioteca: um, de 1796 a 1801, com Ribeiro dos Santos sozinho a projectar; outro, entre 1801 e 1803, correspondente ao curto período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) assume a responsabilidade política pela Real Biblioteca.

- 14 Oficialmente, a Real Biblioteca Pública é fundada a 29 de Fevereiro de 1796 por Alvará régio. Esta data serve apenas de referência porque, como se tem sublinhado, o processo de lançamento da Real Biblioteca havia começado muito antes e, portanto, o Alvará de fundação, de inegável importância, assinala uma nova fase do projecto. É uma fase decisiva, apoiada por um diploma excelentemente estruturado e escrito, por duas razões principais: por um lado, é um documento político, emanado do poder real, através do qual a hierarquia do Estado reconhece a necessidade de a Corte dispor de um instrumento daquela natureza; por outro lado, no Alvará estão contidas e definidas todas as funções e missão de uma verdadeira biblioteca central. O propósito da nova instituição é muito explícito e consiste no “estabelecimento de uma Livraria Pública, a qual sirva como de um tesouro de todas as Artes e Ciências com os livros mais preciosos pela sua raridade, os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências” (Portugal. Leis, decretos, etc. 1796a), omitindo, naturalmente, qualquer preocupação de carácter técnico. O Alvará é um documento para o presente mas que acautela o futuro. Respalado por este documento político e orientador, uma vez nomeado Bibliotecário-Mor, a 4 de Março de 1796 (Portugal. Leis, decretos, etc. 1796b), Ribeiro dos Santos dispõe das condições e parâmetros para avançar. A partir de 1796, entra-se na fase mais dinâmica e interessante da Real Biblioteca Pública da Corte que importa caracterizar porque, através das medidas que vão sendo adoptadas e das parcerias que se vão estabelecendo, se percebe a feição que a Real Biblioteca vai assumindo entrando definitivamente na época moderna. Com Ribeiro dos Santos à frente da casa, a ele cabe decidir as medidas e escolher as parcerias. Os dois períodos-chave, de 1796 a 1801 e de 1801 a 1803, muito diferentes entre si, revelam duas facetas institucionais complementares e a própria adaptação da Real Biblioteca a novos desafios. Essas duas faces revelam uma biblioteca em evolução, com gostos e visões opostos. Ribeiro dos Santos, sozinho ou na companhia de competentes parcerias, personaliza ele próprio a charneira entre dois tempos. Não hesita em deixar a zona de conforto que alcançou em Coimbra, provando, sem ambiguidades, de que lado está em relação ao modelo de modernidade. A opção é sua, nada lhe é imposto.
- 15 Ribeiro dos Santos sempre se preocupou com a aquisição de livros, e as múltiplas sugestões para aquisição, alinhadas em listas, são muito frequentes nos códices.¹ Não é possível datá-los com precisão, pelo que desconhecemos se são anteriores à sua nomeação como primeiro Bibliotecário-Mor ou se serão, na íntegra, posteriores. Mas, quaisquer que sejam as suas datas, o gosto pelos livros, seja bibliografia ou bibliofilia, é indiscutível. E, se estamos a pensar na Real Biblioteca, então podemos dizer com segurança que esse gosto e essa preocupação já estão presentes no trabalho que Ribeiro dos Santos desenvolve em torno da Livraria da Real Mesa Censória. A leitura do seu *Relatório*, preparado em 1795, evidencia claramente a preocupação com o estado em que

encontrou a Livraria. Não se trata apenas de apontar o dedo à desarrumação, ao desmazelo. O autor preocupa-se com os livros que faltam, a ausência de catálogos que impede o conhecimento do que existe e a organização do que resta. Se na Mesa Censória caíam os exemplares candidatos à edição na esperança de obterem a indispensável licença para impressão e circulação, Ribeiro dos Santos aflige-se com as faltas que identifica. E não deixa mesmo de comentar os desvios que as obras provenientes das antigas casas da Companhia de Jesus terão sofrido. Este desmando em matéria de livros causa-lhe a maior das indignações, e talvez possamos sentir a preocupação que tinha em não perder os livros e em evitar a dispersão do saber que custara tanto a reunir. Há aqui um misto das preocupações do bibliófilo e do organizador do conhecimento, uma continuidade que podemos reportar aos tempos da Universidade de Coimbra.

- 16 A preocupação de Ribeiro dos Santos com a organização dos livros merece toda a nossa atenção porque ela revela a consciência da necessidade de garantir uma actualização permanente e inevitável, um cuidado em “acumular e dispor” (Carvalho 1998, 1, III) que introduz a modernidade nas bibliotecas. Na verdade, estas bibliotecas organizam o conhecimento de que dispõem, preparam-se para receber leitores, estão dispostas a facilitar o acesso e, neste sentido, abrem-se à modernidade. Ribeiro dos Santos é um bibliófilo, mas não esquece que a reunião de muitos livros e manuscritos por si só não faz uma biblioteca. Regista-se aqui uma alteração substancial e duradoura que deveremos assinalar como mudança de paradigma.
- 17 Ribeiro dos Santos está actualizado, conhece os livros, domina as bibliografias e o movimento editorial, mas continua a valorizar os livros raros e únicos. Não é de espantar, pois, o grande relevo e atenção que vai dar às propostas que Frei Manuel do Cenáculo lhe faz de doação das suas preciosidades bibliográficas. Entre Setembro de 1796 e Maio de 1808 estabelece-se uma correspondência entre as duas figuras denunciando (e satisfazendo) o gosto bibliófilo de Ribeiro dos Santos, centrado sobretudo nas obras que Cenáculo envia para a Real Biblioteca, uma correspondência cujo alcance ultrapassa em muito a questão da doação.
- 18 Neste conjunto epistolográfico (Cabral 2014, 397-508) devem considerar-se algumas cartas de outras personalidades então muito conceituadas, seja no meio literário, como é o caso de Joaquim José da Costa e Sá, professor de latim no Colégio dos Nobres, seja na esfera política, como acontece com D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Estas cartas ajudam a esclarecer as condições em que a doação ocorreu. No total, são setenta e cinco documentos: trinta e oito de correspondência entre Ribeiro dos Santos e Cenáculo, trinta e três de outros intervenientes e quatro anexos. É no somatório destas três componentes que se consegue a contextualização em que ocorre a doação de Cenáculo e que, naquilo que aqui particularmente nos interessa, e se torna muito claro o conhecimento e o gosto de Ribeiro dos Santos pelos livros raros e únicos. Deslumbramento é o termo que melhor descreve a reacção de Ribeiro dos Santos à medida que os caixotes provenientes de Beja chegam e são abertos na Real Biblioteca.
- 19 Merece especial atenção a relação estabelecida entre Ribeiro dos Santos e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Sousa Coutinho foi ministro plenipotenciário em Turim por um longo período, entre 1778 e 1796. É mandado regressar à corte de uma forma brusca e urgente pelo Príncipe Regente D. João e, no início de 1796, já faz parte do núcleo duro da governação. Aqueles dezoito anos em Turim, apesar das muito frequentes intermitências provocadas por deslocações a Lisboa, moldaram definitivamente a formação de Sousa Coutinho, fosse cultural, fosse política. Dezoito anos longe dos

meandros sociais e políticos da corte de Lisboa haviam-lhe fornecido a distância indispensável que lhe permitiram, sem preconceitos, reflectir sobre a situação portuguesa. Importa aqui referir duas vertentes significativas do seu perfil cultural com a marca de Turim: os gostos bibliográficos visíveis na sua biblioteca reunida em Itália, na qual o pendor secular da colecção e a curiosidade científica são bem evidentes, e o contacto com a oficina tipográfica de Bodoni, em Parma, onde colheu muita informação sobre as características técnicas e estéticas da actividade gráfica e editorial. O que aprendeu do ponto de vista desta actividade ajudarão, certamente, nas suas futuras responsabilidades no tocante à Casa Literária do Arco do Cego, vertente que não abordamos neste artigo. Analisemos, então, as questões decorrentes da sua aprendizagem bibliófila ou bibliográfica. Um elemento constante da biblioteca que organizou é a actualidade das edições reunidas (dois terços dos livros são edições posteriores a 1775), contemporâneas da sua estadia em Turim, revelando claramente a sua percepção do que deve ser e para que serve uma biblioteca. Sem questionar o carácter erudito do conjunto bibliográfico acumulado, as temáticas são muito variadas (como matemática, geometria, canais e hidráulica, pobreza e mendicância, arquitectura militar, história política, diplomática ou genealógica, comércio, agricultura e silvicultura, astronomia, arte, botânica, zoologia, indústrias extractivas) e nelas reconhecemos um pendor pragmático e utilitarista que deve ser sublinhado. Esta complementaridade entre erudição e utilitarismo, muito longe já da visão museológica e antiquarista que predominava anteriormente nas bibliotecas, vai também caracterizar a acção de Sousa Coutinho como Inspector-Geral da Real Biblioteca, assim como a sua relação com Ribeiro dos Santos, com quem, desde cedo, estabelece uma profunda sinergia com influência decisiva sobre o rumo que a Biblioteca irá seguir. O período durante o qual Sousa Coutinho tutela a Real Biblioteca é muito breve, de Novembro de 1801 a Setembro de 1803 (Cabral 2014, 289 e segs.), mas essa vigência é muito frutuosa e altera definitivamente o *modus operandi* da instituição. A partir de Novembro de 1801, os avisos e despachos relativos à Real Biblioteca sucedem-se a um ritmo frenético, tendo alguns deles sido emitidos em resposta a sugestões de Ribeiro dos Santos. As duas figuras estavam verdadeiramente sintonizadas. Desde o princípio da sua tutela, Sousa Coutinho dá sinais de que os negócios da Real Biblioteca são para levar a sério, e Ribeiro dos Santos não irá descurar esta perspectiva que ele vê como uma oportunidade. As propostas feitas em Janeiro de 1802 ao Inspector-Geral e que dizem respeito a uma gestão mais lógica e equilibrada das colecções, como é o caso da alienação do duplicado da Bíblia Moguntina ou de uma melhor distribuição dos manuscritos por outras bibliotecas respeitáveis (Cabral 2014, 326), são imediatamente aceites. Mas o que reportamos como mais interessante nesta troca de sugestões é a preocupação de Sousa Coutinho relativamente à provisão de periódicos sobre cujos títulos pede informação ao Bibliotecário-Mor.

- 20 Há averbamentos do próprio Ribeiro dos Santos deixando entrever a intromissão do Inspector-Geral no quotidiano da Real Biblioteca. A título de exemplo, Ribeiro dos Santos escreveu as “Adições que fez o Exmo. Snr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho à encomenda de obras periódicas”² e, noutro momento, já um pouco cansado, insere um apontamento onde se lê, “não entendo a nota do lapes [sic]”.³ O interesse e a preocupação de Sousa Coutinho são tão genuínos com a orientação a imprimir à Real Biblioteca que, a 30 de Dezembro de 1801, por aviso régio, ordena que “se mande vir dos reinos estrangeiros todas as obras periódicas que neles houver”.⁴ Muito para além da ordem de aquisição expressa neste Aviso, o mais assinalável é que, a partir desta data, a

Real Biblioteca passa a dispor de uma anuidade para aquisição de bibliografia, configurando um verdadeiro orçamento. Trata-se da profissionalização dos assuntos respeitantes à Real Biblioteca que compromete em definitivo o Estado, compelido a assumir as suas responsabilidades. Fica estabelecido um procedimento que implica uma contrapartida: para benefício do próprio Estado, concede-se uma verba à Biblioteca na esperança de que esta cumpra as suas obrigações. A partir deste Aviso de Dezembro de 1801, e sobretudo a partir de Janeiro de 1803 com outros avisos do mesmo teor, será lançada toda a mecânica indispensável ao cumprimento de um programa, com o levantamento das existências e uma pesquisa bibliográfica exaustiva. Como o passo seguinte será, inevitavelmente, arranjar uma solução expedita para aquisição dos títulos identificados, é montada uma verdadeira operação de “correspondência literária” (Cabral 2014, 329-330). As listas e apontamentos abundantes nos códices de Ribeiro dos Santos testemunham o trabalho cuidadoso e pormenorizado que era submetido à tutela. Certamente a hierarquia assim o exigia, mas, para o Bibliotecário-Mor, deveria constituir um prazer, já que Sousa Coutinho, depois dos conhecimentos e sensibilidade que aprofundara em Turim, detinha a autoridade suficiente para opinar. Em consequência deste trabalho de identificação que prossegue na Real Biblioteca, é estabelecida uma rede de contactos com correspondentes sediados nas cortes estrangeiras, testemunhada pelos avisos de Janeiro, Março e Abril de 1803, para aquisição de livros. A iniciativa abortou mais tarde por corte de verbas, mas a intenção e as medidas marcam a vida da instituição naquele período. Sempre medidas em nome do interesse público; aliás, a fronteira entre a noção de serviço público e o enriquecimento patrimonial da Real Biblioteca é muito ténue porque o que está sempre presente é a eficiência dos serviços e a utilidade dos mesmos.

- 21 A correspondência trocada entre Sousa Coutinho e Ribeiro dos Santos prova uma grande cumplicidade dirigida para o provimento contínuo da Real Biblioteca e construída na base da confiança mútua. As medidas subscritas por Sousa Coutinho valorizam o papel e as funções da Real Biblioteca, ao mesmo tempo que estreitam as relações entre a Real Biblioteca e o poder político. A Real Biblioteca teve a oportunidade de ganhar um novo perfil com as aquisições feitas, ou iniciadas, em tempo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, entre as quais também se devem distinguir as edições de Bodoni ou o Monetário de Fontenelle.
- 22 Para além de ter enriquecido o seu acervo, cumprindo a missão atribuída no Alvará de fundação, a Real Biblioteca prestigiava o poder político tornando-se um elemento fundamental na arquitectura do Estado moderno.
- 23 Nestes anos iniciais, a Real Biblioteca munuiu-se fortemente, tanto com os livros provenientes da Mesa Censória, como com livros únicos e raros doados por Cenáculo, e ainda com as aquisições promovidas por Ribeiro dos Santos. Tanto a acumulação de livros, como a sua organização e a consideração de colecções exigem uma articulação entre o reconhecimento da função deste acervo bibliográfico, destinado a ser utilizado por um colectivo (em oposição ao possuidor de livros), e a compreensão de que o valor destas colecções se prende directamente com a sua actualização – tudo assente na indispensável organização, que exigirá competências técnicas e, portanto, uma profissionalização.
- 24 Ao longo desta exposição destacámos dois tipos de mudanças interdependentes. O que diz respeito à concepção de uma biblioteca moderna e funcional sustenta qualquer projecto de biblioteca pública e de biblioteca real. A aplicação de critérios rigorosos de

arrumação e o esforço de aquisição estão subordinados ao propósito de centralidade política e de abertura dos acervos à consulta pública. Daí a importância de noções como funcionalidade e utilidade, mas também actualização. Algumas das preocupações vêm de trás, desde a atenção ao curioso e ao raro, ao cuidado colocado nos instrumentos necessários à formação das elites, a todos os níveis, da administração ao ensino, da igreja à actividade económica. Percebe-se que estes diversos olhares não são antagónicos. A raridade que o bibliófilo descobre integra-se no esforço de conservação geral de todos os saberes, de cumprimento da ideia de colecção mais completa a que uma Biblioteca Real tem de corresponder. A facilidade em dispor de colecções completas e organizadas confere à Biblioteca Real a possibilidade de se abrir e de corresponder às necessidades do presente, e não apenas aos caprichos do seu público virtual.

- 25 Resulta deste esforço um instrumento político, que mostra a relação entre saber e poder, com o que se torna, não apenas necessário, mas imprescindível para o Estado moderno.

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, Maria Luísa. 2014. *A Real Biblioteca e os seus criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (dir.). 1998. *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade. 2 vol.

CENÁCULO, Manuel do. 1773. *Faz-se indispensável para a Biblioteca uma casa (...)*, 4 de Julho de 1773. BPE Cód. CXXVIII 2-5, f. 312-313. Cópia com nota manuscrita de Cenáculo.

MAIA, Manuel da. 1755. *1ª Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa...*, 3 de Dezembro de 1755. BPE, Cód. CXII 2-9, f. 1.

PAGLIARINI, Niccolò. 1766. *Carta a Botari*, 23 de Dezembro de 1766. Biblioteca Nazionale Centrale, Firenze, NA 1261.

POMBAL, Marquês de. 1775. *Decreto 2 de Outubro de 1775*. ANTT, Ministério do Reino, Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, Livro 362.

Portugal. Leis, decretos, etc. 1796a. *Alvará de fundação da Real Biblioteca Pública da Corte*, 29 de Fevereiro de 1796. Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico, CR/01/Cx. 01/Doc. 02.

Portugal. Leis, decretos, etc. 1796b. *[Nomeação para Director da RBPC]*, 4 Março 1796. Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico, CR/03/Cx 01/Doc. 01.

Real Mesa Censória. *Parecer Sobre o Estabelecimento dos Estudos Menores*, 3 de Agosto de 1772. ANTT, Ministério do Reino, Real Mesa Censória, Livro 362.

SANTOS, António Ribeiro dos. 1795. *Relatório sobre o Estado da Biblioteca da Real Mesa Censória*, 5 de Janeiro de 1795. Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico, DGA/04/LIV. 01, f. 2-8.

NOTAS

1. Todos na Biblioteca Nacional de Portugal com as cotas BNP COD. 4583 a 4732.
 2. BNP COD. 4631, 317-319.
 3. BNP COD. 4615, 146.
 4. AHBN CR/03/Cx. 01/Doc. 02.
-

RESUMOS

Entre Dezembro de 1755 e Fevereiro de 1796, a aspiração de erguer em Lisboa uma biblioteca pública tem várias expressões, e o Alvará de Fevereiro de 1796 que cria a Real Biblioteca Pública da Corte representa, em certa medida, o culminar desse processo. António Ribeiro dos Santos, como responsável pela biblioteca, mostra como se entendia o que devia ser uma Biblioteca da Corte, os seus objectivos, os seus princípios de organização, o cuidado colocado na sua actualização, confirmando a centralidade política de uma instituição onde se materializa a relação entre o poder e o saber, e onde se define como prioridade a abertura das colecções à leitura pública. Neste processo convergem conceitos e políticas distintas, relativamente às noções de biblioteca pública e de Biblioteca Real, e percebe-se a importância política atribuída a uma biblioteca pública da Corte como elemento central das atribuições do Estado.

Between December 1755 and February 1796, the aspiration to erect a public library in Lisbon has had several expressions. The February 1796 decree setting up the Royal Library represents, to a certain extent, the culmination of this process. António Ribeiro dos Santos, responsible for the library, shows how one understood what should be a Library of the Court, its goals, its principles of organization, the care put into its updating, confirming the political centrality of an institution where the relation between power and knowledge is materialized, and where the opening of the collections to public reading is defined as a priority. In this process, different concepts and policies converge, concerning the notions of what shall be a public library and a Royal Library. The political importance attributed to a public library of the Court as a central element of the attributions of the State is perceived.

ÍNDICE

Palavras-chave: Bibliotecas, biblioteca pública, António Ribeiro dos Santos, Biblioteca Nacional de Portugal

Keywords: Libraries, Public library, António Ribeiro dos Santos, National Library of Portugal

AUTORES

JOÃO LUÍS LISBOA

CHAM e DF, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. lisboa.jl@gmail.com

Professor no Departamento de Filosofia da NOVA FCSH e investigador do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH e UAc), onde coordena o grupo “Leitura e formas da escrita” e uma linha de investigação sobre “Teoria e metodologia”.

Professor at the Department of Philosophy of NOVA FCSH and is a researcher at CHAM – Centre for the Humanities (NOVA FCSH and UAc), where he coordinates the group “Reading and the forms of writing” and the research line on “Theory and methodology”.

MARIA LUÍSA CABRAL

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. e-mail: cabral1946@gmail.com

Foi bibliotecária na Biblioteca Nacional de 1985 até 2011, data da sua aposentação, tendo desempenhado as funções de subdirectora (responsável pela criação da PORBASE) e directora de Serviços (responsável pela criação do Programa de Preservação e Conservação). Entre 1984 e 2011, leccionou sucessivamente nas Universidades de Lisboa, Évora e Porto e na Universidade Nova, Lisboa. É detentora de um MA in Library Management (Leeds Polytechnic, UK, 1983), de um mestrado em Património (Universidade Nova, Lisboa, 2009) e de um doutoramento em História Moderna (Universidade Nova, Lisboa, 2013). Tem publicados alguns livros e artigos sobre biblioteconomia e a história da Real Biblioteca Pública da Corte.

Librarian at the National Library, from 1985 to 2011. Deputy Director (responsible for the creation of PORBASE), and Head of Department (responsible for the Preservation and Conservation Programme). Between 1984 and 2011 successively lectured at Universidade Clássica de Lisboa, Universidade de Évora, Universidade do Porto and Universidade Nova, Lisboa. MA in Library Management (Leeds Polytechnic, UK, 1983), MA in Cultural Heritage (Universidade Nova, Lisboa, 2009), PhD Modern History (Universidade Nova, Lisboa, 2013). A few books, and several articles published both on librarianship issues, and the history of the Public Royal Library.